

O Código Criminal de 830 vai trazer também a criminalização dessa celebração pública em harmonia com a Constituição, determinando que a pena para as pessoas que fizessem uso desse tipo de manifestação religiosa em público, teria a dispersão do culto pelo Juiz de Paz, a demolição dessa forma exterior de templo e, além disso, a sanção de multa imputada individualmente a cada pessoa que estivesse participando da religião.

Essa cristianização violenta, de corpos negros no Brasil, ela foi tão intensa que, em 1832, nós tivemos um decreto determinando a conversão de todas as pessoas escravizadas à religião católica.

Bem, na sequência da legislação brasileira, nós temos no pós-abolição, dois anos após a Lei Áurea, que formaliza essa Abolição da Escravatura no Brasil o Código Penal de 1890. O Código que especificava o Espiritismo e o Curanderismo, que sempre foram práticas associadas também às religiões de matriz africana, historicamente.

É a Constituição Republicana, de 1891, um ano depois desse Código, que vai firmar a origem constitucional do Estado laico, da laicidade do Estado. Ou seja, a separação entre Estado e Igreja no comando político e no comando do sistema de Justiça e da ordem jurídica. Então há uma revogação dessa parte das restrições aos cultos católicos e ela é capaz de assegurar, essa Constituição é igual a liberdade de crença, em tese, a todos os cultos e a todas as religiões, inclusive, as afro-brasileiras.

Mas, é muito interessante recordar aqui e eu faço um ponto de comparação com o Rio de Janeiro em especial, um fenômeno histórico ocorrido em 1912, em 1º de fevereiro de 1912, que foi a Operação Xangô ou o Quebra, acontecido em Alagoas. Uma organização paramilitar, que vai encontrar nas religiões de matriz africana um pretexto para uma disputa política. O então governador, que vinha há muitos anos, em Alagoas, no poder, estava prestes a conseguir eleger o seu sucessor e surgem nos jornais de Alagoas, daquela época, a denúncia de que ele tinha pacto com Xangô. Xangô era a maneira que se denominava as religiões de matriz africana em Alagoas. Portanto, os jornais do dia 1º de fevereiro estampam nas capas Bruxaria, associando então o governador a esse pacto com Xangô, que gera essa reação, não só de um grupo paramilitar, mas da população inteira. Então todos os terreiros da capital alagoana foram depredados, queimados, os objetos sagrados foram apreendidos, jogados em praça pública.

É muito interessante a gente pensar que isso é um contexto já de estado laico. Eu acabei de dizer que o estado laico foi garantido, em termos de princípio constitucional, com a Constituição de 1891. Portanto, o Estado laico nunca foi efetivamente praticado no Brasil, embora previsto constitucionalmente, até os dias de hoje.

Depois desse fenômeno, desse fato histórico do Quebra, nós tivemos décadas, em Alagoas, de um outro fenômeno denominado de "Xangô rezado baixo". Eram os rituais religiosos de matriz africana, sem palmas, sem cânticos, sem atabaques, ou seja, um verdadeiro desvirtuamento para toda a essência desses rituais religiosos, por conta da perseguição do próprio Estado a essas religiões de matriz africana.

Nós não podemos esquecer também de legislações estaduais para reforçar essa ideia de que esse racismo religioso se desenvolve e se consolida com aparato estatal e legislativo num passado ainda recente.

Na Paraíba, por exemplo, nós tivemos uma Legislação de 1966, que determinava que líderes religiosos de matriz africana precisavam se submeter a exames de sanidade mental, para praticar suas atividades religiosas. Com certeza que ninguém imagina um pastor, um padre, tendo que realizar um exame desse tipo, para pregar uma missa, por exemplo. Mas isso aconteceu com líderes religiosos de matriz africana.

Na Bahia, em 1972, nós tínhamos uma legislação que determinava que terreiros possuíam alvará de funcionamento, mas esses alvarás eram expedidos por Delegacias de Jogos e Costumes. Ou seja, uma verdadeira criminalização, efetivamente, de uma confissão religiosa, num estado laico, cuja Constituição garantia liberdade de crença para todas as religiões.

E não podemos esquecer que só o ano passado, em setembro de 2020, é que os instrumentos sagrados afro-brasileiros, que estavam expostos no Museu de Polícia Civil do Rio de Janeiro foram transferidos para o Museu da República. Nenhuma outra religião do Brasil teve instrumentos sagrados expostos em museus do crime, como as religiões de matriz africana.

Por isso, é importante que se fale, efetivamente, em racismo religioso, porque esse tipo de discriminação, de repúdio, de violência, de terrorismo religioso, até eu diria, acontece em razão das origens africanas e negras dessa religiosidade.

No sistema de Justiça, infelizmente, ele não fica atrás nessa reprodução do racismo religioso. Vou dar um exemplo muito recente, de 2014, de um julgamento, no próprio Rio de Janeiro também, que decorreu de uma ação movida pelo Ministério Público Federal, solicitando a retirada de vídeos ofensivos, no YouTube à Umbanda e ao Candomblé. Na ocasião, o Juiz da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ele indeferiu o pedido de liminar do Ministério Público, alegando que por não haver um texto base, a exemplo da Bíblia ou do Alcorão, por não haver estrutura hierárquica e por não haver um Deus venerado, essas manifestações, assim disse Juiz, não poderiam ser consideradas em religiões. Quer dizer, um juiz determinar o que não é e o que é religião, na sua concepção, porque isso não está escrito em lugar, retirando os direitos das religiões de matriz africana, que já são tão negados em termos históricos.

Também não são raros os casos recentes de mães que têm perdido as guardas de seus filhos e filhas, justamente por estarem ali em procedimentos rituais e iniciação religiosa. Isso não acontece com nenhuma outra religião.

O Professor Hélio da Silva, numa defesa fantástica que fez no STF, usando uma frase de impacto, mas muito verdadeira, que é "No Brasil, a galinha do Candomblé tem mais importância que a vida do jovem negro". Porque a preocupação do Judiciário é uma preocupação nesse patrulhamento dos rituais de religiões de matriz africana, que não acontece em relação à vida das pessoas. E o abate religioso, de animais, não se dá apenas em religiões de matriz africana. Há outras religiosidades que praticam o abate religioso, mas apenas as religiosidades de matriz africana é que são questionadas, inclusive, judicialmente a respeito de suas práticas religiosas.

Muito recentemente, também, nós tivemos algumas práticas em municípios, praticamente orquestradas, vou dar o exemplo do município de Guanambi, na Bahia, em que prefeitos assinaram decretos determinando a entrega das chaves das cidades ao Altíssimo e expurgando outras entidades. Por óbvio, esse tipo de comportamento viola frontalmente o Estado laico e legítimos atos de ódio religioso.

Não é à toa que nos temos tido o Quebra hoje, Deputada Martha Rocha - eu falei do Quebra em 1912, mas hoje nós temos o Quebra quando nas comunidades do Rio de Janeiro, as pessoas, dia de sexta-feira, têm medo de usar branco. Quando organizações criminosas convertidas, dentro do Sistema Penitenciário, supostamente em nome de Deus, obrigam Yalorixás, Babalorixás, Mães de Santo, Pais de Santo a quebrarem seus instrumentos e objetos sagrados. Então, nós estamos vivenciando o Quebra hoje.

É muito importante que nós tenhamos políticas públicas pensadas especificamente para proteger e garantir os direitos das religiões de matrizes africanas.

Em Salvador, nós temos um Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa. A Bahia tem também um estatuto estadual, além do federal, que nós já temos. Na Bahia também o Ministério Público desenvolveu o mapa do racismo e da intolerância religiosa, que é um aplicativo, a partir do qual qualquer pessoa com o smartfone pode denunciar diretamente ao Ministério Público esse tipo de crime, os crimes de racismo de um modo geral, também de intolerância religiosa.

É uma iniciativa premiada, mas que precisa se espalhar pelo Brasil, porque essas pessoas sofrem de violência institucional quando tentam procurar as Delegacias de Polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública para registrar esse tipo de conduta. Então, é muito importante que essas pessoas tenham o acesso desburocratizado à Justiça.

Delegacias Especializadas são uma outra política pública essencial para que esses casos realmente tenham uma resolubilidade, tenham uma apuração cuidadosa, essas pessoas não sofram dessa violência institucional e que possam realmente ver seus direitos concretizados.

E, para finalizar, é sempre importante a gente ter em mente que o nosso legado afro-brasileiro, nosso Panteão Afro-brasileiro e Afro-ameríndio é o único no mundo. Nós continuamos fixados e fixadas no norte global, numa ideia de mitologia grega. Nossa mitologia lorubá, Afro-diaspórica é a única no mundo e sofre um apagamento histórico pelo racismo religioso, pelo racismo epistêmico. Precisamos realmente revisitar nossos saberes, abrir as portas e o diálogo para todos os saberes, entendendo que há muito conhecimento, sim, num terreiro de Candomblé. Há muito conhecimento, sim, num terreiro, num templo de Umbanda, numa comunidade quilombola, e nós precisamos ter essa abertura das políticas públicas, abertura dos parlamentos para esses saberes que só vêm agregar à nossa existência.

Com isso eu agradeço, ficando à disposição para eventuais dúvidas, sugestões e diálogos. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradecendo à Dra. Lívia Maria Santana, quero registrar aqui que já está conosco a Deputada Renata Souza. Justificar aqui a ausência da Professora Alana Laje, que sempre nos acompanha. Está conosco também, além da assessoria da Deputada Tia Ju, a assessoria da Deputada Mônica Franciso. E é sempre muito bom ver os que estão sempre conosco, a Bárbara Correia, de Raça e Igualdade; estamos vendo aqui o Marcelo Monteiro; também está conosco a Yá Dolores Lima, entre outras autoridades que sempre acompanham as atividades desta CPI.

Então, para que nós possamos fazer as considerações ao final, agradecimento a importante reflexão trazida pela Dra. Lívia, eu passo, então, ao pastor Ariovaldo Ramos, coordenador da Frente de Evangélicos, para a sua manifestação. O senhor tem 20 minutos para a sua manifestação.

O SR. ARIOVALDO RAMOS - Bom dia. É um privilégio estar aqui. Eu saúdo a Deputada Martha Rocha, Deputado Átila Nunes e demais participantes. Muito obrigado pelo convite, é uma honra. Bom, eu quero começar subscrevendo a fala da Dra. Lívia. Eu não tenho dúvida alguma de que principalmente as religiões de matriz africana estão, desde sempre, enfrentando um racismo sistêmico, que se imiscui na estrutura do país, em todos os níveis.

E, também, quero deixar claro que subscrevo a visão dela do Estado laico. Um Estado que custou a ser desenhado nesse país e que, de fato, ainda não se consumou como um dado. Todos os dias, nós temos que enfrentar esse vezo que carrega a nossa estrutura social e que tem cinco séculos de história.

Eu entendo que tanto tempo de história deixa raízes e marcas profundas, que são, de fato, só vencidas por determinação cívica e democrática.

Quando nós formamos a Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito, em 2016, nós a formamos para denunciar o golpe de Estado que veio a ocorrer, infelizmente, no país e cujos reflexos hediondos sofremos até agora. E, nessa caminhada, nosso papel era como evangélicos assumidos denunciar o desvio evangélico nestes últimos tempos, quando muitos dos nossos líderes denominacionais fizeram escolhas que atentavam contra o Estado laico - atentavam e atentam.

Essa é uma denúncia que nós temos sustentado, portanto, há cinco anos. E esse atentado ao Estado laico entre nós provém do fato de que novas pregações e novas teologias entraram no espectro teológico do evangélico brasileiro. Todas elas exportadas pelos Estados Unidos da América, com objetivos bastante claros: a sacralização do capitalismo e a discriminação religiosa, com um objetivo muito claro de impor o racismo das religiões notadamente protestantes brancas e racistas, que decidiram, então, expandir a sua influência para nações que caminhavam e que caminham para uma maioria evangélica, como é o caso do Brasil.

Então, nós tomamos posição para resistir a esse movimento estranho a nós, estranho à fé, como nós a entendemos e a pregamos, e estranho à realidade nacional de então. Nós tínhamos uma religiosidade evangélica com muitos padrões brasileiros, dada a ação no crescimento pentecostal entre nós, que é, de todos os segmentos protestantes evangélicos, o mais próximo da nossa cultura e que está basicamente na periferia, na base da pirâmide e que, até então, convivía com a realidade brasileira a partir da sua espiritualidade. Uma espiritualidade também negra, uma vez que o pentecostalismo é um movimento negro dentro da igreja evangélica, da igreja protestante.

Mas, com a chegada dessas teologias, que eu costumei chamar de pregações, uma vez que não as considero organizadas o suficiente para serem denominadas de teologia, que são a pregação da prosperidade e a pregação da batalha espiritual, a chegada dessas duas pregações, ideologicamente contaminadas, a partir de um projeto hegemônico que nasce na igreja branca dos Estados Unidos, essa aterrissagem no Brasil veio carregada de dolo. Veio carregada de discriminação, de racismo e de mácula à própria fé cristã. E, rapidamente, esse segmento evangélico começou a abraçar a ideia de que o Estado laico era um inimigo a ser vencido, porque a maioria da nação brasileira se declara cristã e que, portanto, não fazia sentido a laicidade do Estado e começou a insistir nessa ignomínia, baseado nesse pensamento absolutamente sem sustentação teológica ou espiritualista.

E isso veio de uma mudança na pregação, tanto na pregação da prosperidade quanto na pregação da batalha espiritual, que muda a relação da igreja evangélica com a questão das forças espirituais, que antes eram apenas e tão somente levadas em consideração quando encontradas no relacionamento humano, mas nunca categorizadas ou atribuídas a institutos ou a confissões religiosas particulares. Era sempre um embate num relacionamento pessoal e pronto. Mas, com essas novas pregações, essa visão das forças espirituais ganhou estrutura física e estrutura religiosa.

Isso é um crime. Isso é um crime. É um crime contra os que creem diferente, um crime contra os que creem a partir da sua história, da sua teogonia, enfim, a partir da construção de uma fé particular e de direito.

E isso tem trazido, para todos nós, uma angústia. A todos nós que nos declaramos cristãos, evangélicos, protestantes e que temos, também, toda uma experiência particular e uma fé pessoal, isso tem trazido uma angústia porque de fato esse movimento é um movimento de promoção do racismo. A gente sempre lutou contra o racismo embutido, principalmente na mensagem que vinha dos Estados Unidos. E a gente lutou porque a gente rapidamente detectou isso e rapidamente denunciou isso como anticristão. E antiteológico e antibíblico e porque a igreja evangélica é majoritariamente preta, majoritariamente feminina, majoritariamente pobre. Portanto, esse movimento estadunidense que foi abraçado pelas lideranças denominacionais, principalmente pelas lideranças brancas, é um movimento deletério, inclusive em relação a nós mesmos maioria evangélica que somos afrodescendentes, que somos mulheres, que somos pobres, que somos pretos.

E, portanto, eu subscrevo essa fala da Dra. Lívia, entendendo que essa pressão que nós sofremos durante 30 anos consecutivos da igreja branca dos Estados Unidos, de várias formas, principalmente através de publicações de todo gênero, causou uma reação criminosa dentro do contexto evangélico brasileiro. E a igreja evangélica brasileira hoje está dividida.

A Frente de Evangélicos é uma das reações a esse absurdo, a essa ação deletéria, inclusive com o objetivo de provocar esgarçamento no tecido social brasileiro, na convivência nacional. E o que está acontecendo é extremamente grave, extremamente grave!

Então, mais uma vez eu subscrevo a fala da Dra. Lívia dizendo que hoje, hoje, a construção de um sistema de sustentação do direito das religiões de matriz africana, de combate a todo cerceamento a partir de uma consciência de que estamos combatendo o escravismo e o racismo. Porque essas manifestações são apenas manifestações que tentam dissimular o que de fato persegue a construção de uma nação no Brasil e que impossibilita a construção de uma nação brasileira que é o racismo. Enquanto não houver nação para todos não haverá nação para ninguém. Então, de fato isso tem acontecido, lamentavelmente.

Essa junção religiosa com banditismo é subproduto de algumas realidades brasileiras, uma das realidades brasileiras da qual é subproduto é da ausência do Estado. O Estado não está presente, um novo poder assume o controle das comunidades e quem quer que seja que esteja na comunidade mais cedo ou mais tarde vai se defrontar com esse poder e vai ter que negociar com esse poder. Até porque precisa evitar que os seus sejam aviltados, para que seus filhos sejam protegidos. É uma desgraça, uma desgraça a ausência do estado brasileiro e uma desgraça ainda maior que quando o estado brasileiro se apresenta, se apresenta com uma letalidade dirigida pelo racismo aos pretos e pretas que estão na comunidade, o que força a comunidade a ter de conviver com uma outra realidade que é a realidade do banditismo.

E, também, é o subproduto de uma política de desemprego maciço, de precarização do trabalho. Mesmo trabalhamos duramente para ajudar os egressos do sistema penitenciário eles não encontram emprego. Eles não encontram solução econômico-financeira porque o estado brasileiro é um estado punitivo e o neoliberalismo que tomou conta do Brasil é um programa de destruição da base da sociedade brasileira e a construção de uma nação para pouquíssimas pessoas. Que condena os pobres à miséria, à fome, como estamos assistindo, inclusive a disputar comida no caminhão de lixo.

Então, a ausência do Estado ou uma política racista que tomou conta do Estado brasileiro acaba forçando as comunidades, mesmo que estejam tentando defender a sua confissão de fé, a ter de assumir a realidade como ela é. E a realidade como ela é que os pobres, os pretos, as mulheres, a periferia está desamparada e sem o Estado, sem a presença do Estado e quando o Estado chega, chega para matar. Então, essa conjunção tem sido extremamente danosa.

E os evangélicos estão no meio dessa situação de desespero que se abate sobre a nação. Ai, você encontra, como em qualquer outro lugar, pessoas e pessoas. Umas que são prontas a dar a sua vida pelo que acreditam e outras que estão prontas a fazer qualquer concessão para sobreviver.

Agora, nada disso, obviamente, justifica nem o racismo e muito menos a perseguição religiosa. Mas, explica esse quadro de sastrastro que nós estamos vivendo.

Nós fazemos parte de um grupo crescente de evangélicos, a Frente de Evangélicos pelo estado de direito é provavelmente o maior movimento, o movimento mais organizado e mais capilarizado no país, mas há muitos outros movimentos entre os evangélicos de resistência. De resistência a esse estado de coisas que nós vivemos no país, de resistência a quebra do Estado laico e de resistência a todo envolvimento com o racismo e a toda perseguição religiosa, de sustentação, portanto, do Estado laico.

Mas, sou obrigado a admitir que o quadro é muito difícil, muito complexo. E que nós estamos enfrentando uma ruptura que se as autoridades brasileiras não tiverem um mínimo de bom senso pode chegar a um estado de quebra, não só inevitável como irrecuperável. E sabe Deus onde isso vai parar.

Quero insistir que é preciso haver um sistema de proteção à liberdade religiosa no Brasil; é preciso haver uma tomada de posição séria em relação ao Estado laico; é preciso coibir os políticos, os mandatários de envolvimento não republicano com as religiões. Isso precisa ser coibido. Como disse a Dra. Lívia, é um absurdo o prefeito entregar a chave da sua cidade para o Deus altíssimo, escolhendo uma religião o tanto. Isso é um absurdo, inclusive é um absurdo na teologia evangélica. Isso é quebra do Estado laico e isso é a ausência da seriedade da efetivação do Estado laico.

Os políticos, os que têm mandato e, portanto, têm essa deferência da população, e devem ser respeitados como tal, precisam respeitar a população. E a forma da população ser respeitada é a manutenção do Estado laico. A decisão religiosa é de cunho absolutamente particular e o Estado não pode ser o imiscuir nisso. A política tem de ter comportamento republicano. E eu sou dos tais que advogam contra a manutenção de símbolos religiosos nas instituições públicas, mesmo que sejam símbolos da minha fé. As instituições públicas são laicas. Isso tem que ser levado a sério. O problema é que, nesses cinco séculos de história, isso não tem sido levado a sério.

Então, eu, como afrodescendente, negro da maioria dos evangélicos que são afrodescendentes, também da diáspora africana, eu subscrevo essas falas com lamento profundo e com uma exortação ao Estado brasileiro; que finalmente se torne um Estado laico. E insisto na urgência - na urgência - de proteger as manifestações, os locais de culto e a liberdade de culto das religiões de matrizes africanas que sofrem não só por um desvio teológico de outras construções religiosas, mas são a ponta de lança do ataque racista à população negra no Brasil, que é a maioria de nós, brasileiros. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Eu quero muito agradecer, pastor Ariovaldo. Foi muito importante ouvi-lo. Vou fazer algumas considerações ao final, mas eu não posso deixar de registrar aqui o quanto é bom e importante ouvi-lo.

Eu quero então passar a palavra para o Pai Sérgio Araújo, presidente da Associação Afro Saqué. O senhor tem vinte minutos para a sua exposição.

O SR. SÉRGIO ARAÚJO - Primeiramente, bom-dia a todos. É uma honra estar participando, agradecendo à presidente, Dra. Martha Rocha, que é a Deputada Estadual que está presidindo esta sessão; ao Deputado Átila Nunes pelos inúmeros projetos que fez a favor do nosso povo de axé, das religiões de matriz africana; à Deputada Renata Souza por ter apresentado essa denúncia gravíssima aqui em Saquarema, que é considerada a capital do surf mas que vem sendo a capital da intolerância, no meu modo de ver; ao Dr. Hélio, que não pode participar, não sei se ele está nos ouvindo, pelo excelente trabalho que ele fez no Supremo Tribunal Federal a favor do nosso povo, e isso é muito importante ter pessoas assim, que trabalham por favor e que luta pela causa do nosso povo de axé. Ao pastor Ariovaldo, meus agradecimentos e a nossa amiga Dra. Lívia Santana pela oportunidade de estar aqui presente conosco.

Sou um ativista religioso. Eu sou uma pessoa que o luto pela religião, não aceito nenhum tipo de discriminação. Nós criamos aqui a Afro Saqué, aqui em Saquarema, em 2009, justamente devido a um caso de intolerância, onde um irmão nosso, porque assim como o Zélio Fernandinho, que criou Umbanda, em 1908, esse irmão também ele começou cedo, assim como Zélio Fernandinho, com 13 anos de idade. Hoje, ele é um sacerdote, é o Júlio, um amigo nosso, irmão de axé e ele estava fazendo o seu preceito normal, na sua casa religiosa, no quintal, uma senhora subiu na laje e atirou uma bomba no terreno onde ele estava fazendo seu preceito religioso e começou a xingar, do outro da laje, dizendo que aquilo ali não era religião, que aquilo ali era satanismo, aquilo era religião do mal.

Então, ele, como a gente já se eu conhecia há bastante tempo, ele nos procurou e entramos, a mãe dele foi na delegacia, registrou uma ocorrência e isso foi parar em tribunais.

Então, irmãos, através desse trabalho todo, de 2009 para cá, a gente vem dando continuidade e criamos a Afro Saqué, que é uma associação que hoje vai tem 57 instituições religiosas associadas. O nosso trabalho é esse: é um trabalho de conscientização, de mostrar para as pessoas que a nossa religião é tão boa quanto a do pastor Ariovaldo, como outras religiões, o catolicismo, budista, espírita. Não importa. Nós lutamos pela igualdade religiosa.

A gente nunca procurou divulgar muito para a mídia porque nós acreditávamos a aqui em Saquarema a gente ia tentando resolver as coisas indo na delegacia, mas, infelizmente, as coisas vêm tomando uma proporção muito grande. Esse caso da Deputada Renata Souza é apresentado para os senhores é um dos casos, mas vem crescendo muito em Saquarema.

Eu vou mostrar aos senhores aqui que essa situação que aconteceu na Cachoeira da Serra de Mato Grosso, uma área pública. Esse senhor, como a entrada de veículos passava apenas um veículo, bloqueou a entrada.

Esse aqui é um trabalho que a gente vem fazendo de conscientização, lá num local público. A gente botou latões, está vendo? A subida aqui é normal, ele bloqueou a entrada para poder, olha lá, está vendo? Fizemos uma cartilha, essa cartilha aqui é uma cartilha de conscientização com oferendas com sustentabilidade.